

ENTREVISTA O BNDES É O BRAÇO ARMADO DO GOVERNO, DIZ GUIDO MANTEGA

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA

www.cartacapital.com.br

14 DE SETEMBRO DE 2005
ISSN 0104-6438
0.0350
9 770104 643007
ANO XII N.º 359 R\$ 7,00

O TAMANHO REAL DOS ESCÂNDALOS

■ Em volume de recursos, a crise que afeta **Lula** não se compara a variadas negociatas nas eras **Collor** e **FHC**

■ **Wanderley Guilherme dos Santos:** O grande cisma da esquerda e a ilusão do PT com o apelo reacionário da volta às origens

■ A venda da Telemig uniu **Dantas**, Valério e parte da cúpula petista



COM A CORDA NO PESCOÇO

GESTÃO O corte de R\$ 500 milhões agrava a situação das agências reguladoras

POR ANDRÉ SIQUEIRA
E FELIPE CORAZZA BARRETO

Os brasileiros ficaram 11 dias sem ter com quem reclamar dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia. O silêncio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) durou até terça-feira 6, mas foi mais do que eloquente. Ironicamente, o apagão do serviço de atendimento ao consumidor clareou, para a população, a extensão dos danos provocados pelo contingenciamento dos recursos destinados aos nove órgãos reguladores das concessões públicas. Só neste ano, o governo privou as agências de gastar cerca de R\$ 500 milhões – o corte atinge um terço da soma das previsões orçamentárias das autarquias especiais (*quadro à pág. 47*).

Sem dinheiro para manter o *call center* em funcionamento, a Anatel deixou de cumprir uma de suas atribuições básicas e levantou dúvidas sobre a capacidade de mediar as relações entre consumidores, concessionárias e governo. Uma sombra que assusta potenciais investidores e compromete a oferta de serviços de qualidade à população em áreas essenciais: energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e saúde.

"A agência tem de dar o exemplo. Como vai cobrar o bom atendimento das empresas se ela própria não o oferece?", questiona Jean-Claude Ramirez, consultor da Bain&Company. Para ele, o corte no orçamento afeta diretamente a execução das principais atribuições da agência. "A criação de normas não acompanha as mudanças do mercado, en-

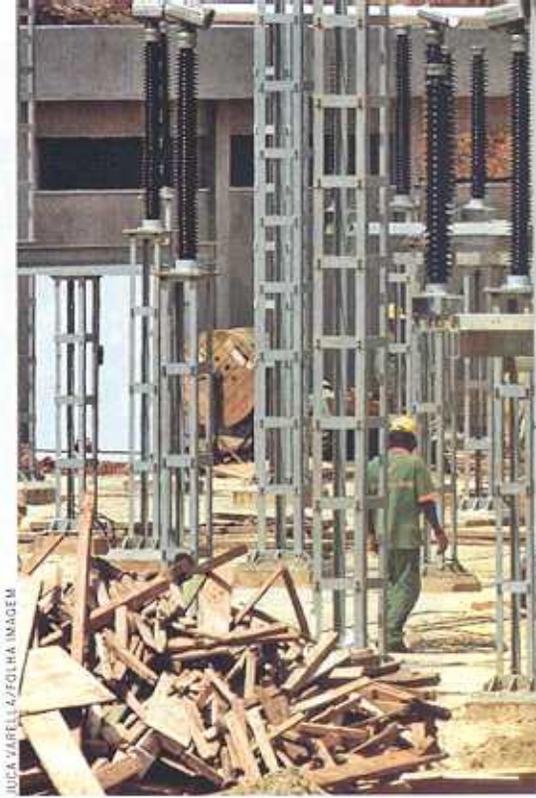
quanto a fiscalização não dá conta das necessidades dos consumidores e das empresas", diz o consultor.

O *call center* da Anatel foi reativado em caráter emergencial pela própria empresa vencedora da licitação que garantiria a continuidade do serviço, a Call Tecnologia. O contrato dá 90 dias de prazo para o início da oferta do serviço, o que deve ocorrer somente em dezembro. Até lá, a empresa não tem obrigação de cumprir todos os requisitos de qualidade exigidos pela agência.

"Estamos recebendo de 10 mil a 15 mil ligações por dia, por causa da demanda reprimida. Isso também ocorreu porque o serviço passou a ser mais divulgado pela imprensa", diz o diretor comercial da Call Tecnologia, Rui Trida. "Será impossível atender a todos nos primeiros dias, mas a tendência é a situação se normalizar em cerca de 15 dias." No entanto, problemas técnicos voltaram a interromper parte dos atendimentos na quinta-feira 8. Quem ligava de São Paulo, por exemplo, ouvia a mesma mensagem automática do período em que o sistema de atendimento ficou fora do ar.



SEM COMUNICAÇÃO. Na Anatel, os problemas chegaram ao *call center*



JUCA VARELLA/FOLHA IMAGEM

O problema com o *call center* da Anatel, apesar de ter surpreendido a maioria, já era esperado. A licitação do serviço estava prevista para novembro de 2004, mas só foi realizada no fim do primeiro semestre deste ano. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou publicamente que a interrupção do atendimento ocorreu por razões mais administrativas do que financeiras. A agência defendeu-se alegando que presta outros serviços além do atendimento ao público.

De qualquer forma, a situação da Anatel é emblemática. Com um orçamento previsto para 2005 em R\$ 377 milhões, a agência só obteve autorização do governo para gastar R\$ 170 milhões. Para 2006 a previsão é ainda pior. Dos R\$ 500 milhões pedidos pela agência, só R\$ 129 milhões foram encaminhados para votação no Congresso, ou seja, menos do que a Anatel efetivamente recebeu este ano. Procurada por *Carta-Capital* desde o dia 26 de agosto, a assessoria de imprensa da agência não designou nenhum porta-voz para comentar a relação entre a falha no atendimento e as limitações orçamentárias. Problemas de comunicação? É provável.

A Anatel tenta se calar, mas o relatório gerencial do primeiro semestre da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização



da agência mostra que a falta de verba pode afetar outros serviços. Diz o texto: "Caso perdure o contingenciamento ora imposto (...) os prejuízos daí advindos serão vitoriosos, em decorrência da carência de infra-estrutura básica para a fiscalização exercer sua missão".

A fiscalização é a área mais atingida pela restrição de verba também nas outras agências. Tome-se como exemplo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com 15 fiscais destacados para coibir o transporte irregular de passageiros interestadual em todo o Brasil. Só de São Paulo estima-se que partam 200 ônibus clandestinos todos os dias. Já a Agência Nacional de Petróleo (ANP), também sob os efeitos do contingenciamento, conta com 48 fiscais para checar a qualidade dos combustíveis vendidos nos 33 mil postos espalhados pelo País.

A carência de recursos na ANP, que recebeu R\$ 180 milhões de um orçamento de R\$ 244 milhões, afeta também a realização dos estudos geológicos essenciais para a venda dos direitos de exploração das bacias sedimentares brasileiras. Segundo a assessoria de imprensa da agência, até agora o órgão só dispõe de informações sobre 7% da área explorável pela atividade no Brasil. A próxima rodada de licitações para as empresas interessadas em procurar petróleo em território brasileiro, prevista para outubro, estaria garantida, mas as posteriores ainda carecem dos estudos preliminares.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Carlos Alberto Nóbrega, diz que o contingenciamento do orçamento afeta atividades como o monitoramento da navegação na região da Amazônia. Com os R\$ 25 milhões liberados pelo governo (o orçamento previa R\$ 36 milhões), ficou comprometida a realização de convênios com as agências regionais para fiscalização.

O quadro ideal para a Antaq, segundo Nóbrega, seria de 490 funcionários. Atualmente, são apenas 170. "Só agora conseguimos liberar um concurso para contratar mais 161 servidores", diz o diretor. O orçamento da agência para 2006, encaminhado para votação no Congresso, foi elevado para R\$ 59 milhões. "Nos dá melhores condições de trabalho, mas ainda não permite que a agência se desenvolva", afirma Nóbrega.

PIRES NA MÃO

Diferença entre a verba destinada aos órgãos e o limite imposto pelo governo - Em R\$ milhões

	Previsão orçamentária*	Recursos liberados
Anatel	377	130
Anvisa	341	341
ANP	244	180
ANTT	228	100
Aneel	120	89
ANA	85	64
ANS	63	63
Antaq	36	26
ADA	20	14
Total	1.514	1.007

* Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Fonte: Agências

Na Agência Nacional de Águas (ANA), o corte de R\$ 85 milhões para R\$ 64 milhões no orçamento compromete a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, uma nova forma de gestão que permitirá ao governo compartilhar com a sociedade a administração das principais bacias hidrográficas do País. "Já a fiscalização do uso dos rios fica restrita a um processo de amostragem", diz o diretor da agência, Benedito Braga Junior.

Os efeitos da carência de recursos sobre as agências são percebidos em uma

REFLEXOS.
As indefinições do setor de energia inibem os investimentos

avaliação feita desde 2003 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Marcos Pó, gerente de informação da entidade, afirma que entre

o primeiro e o segundo levantamento houve melhora na transparência das agências, mas em 2005 foi registrada nova queda na disponibilidade de informações para o público.

O representante do Idec também cita punições que levam mais de dois anos para ser aplicadas às empresas, às vezes envolvendo valores irrisórios, como uma multa de R\$ 10 mil contra uma operadora de celulares. "Com a agência fraca, muitas vezes as empresas preferem continuar com as irregularidades, pois gastam menos com a multa do que com a correção do problema", explica Pó.

Ainda de acordo com o estudo, as primeiras posições do ranking de reclamações do Idec são sempre disputadas entre empresas de telefonia e planos de saúde. A Agência Nacional de Saúde (ANS), cujo orçamento de R\$ 63 milhões permaneceu intacto, apesar da insatisfação do consumidor com as empresas que o órgão deve fiscalizar.

Segundo o diretor de gestão da ANS, Gilson Caleman, somente depois de um concurso realizado este ano a agência irá iniciar a substituição de empregados temporários ou cedidos por repartições públicas - hoje maioria no quadro de pessoal - por funcionários efetivos. No total, 310 serão admitidos, dos quais 96 irão ocupar postos que estavam vagos.

Além da ANS, só a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem uma situação um pouco mais confortável em

relação às outras reguladoras. "O contingenciamento não foi imposto ao Ministério da Saúde, então as agências a ele vinculadas não passam por isso", explica o diretor da Anvisa, Franklin Rubinstein. O desafio da agência em relação ao orçamento é tentar incorporar seu excedente de arrecadação, proveniente da cobrança nas fiscalizações e das multas. "O valor chega a R\$ 20 milhões e depende de autorização dos ministérios da Saúde e do Planejamento para ser incorporado", diz o diretor.

A dependência da boa vontade do governo para ter acesso a recursos que deveriam ser garantidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é vista pelo mercado como uma ameaça à principal razão da existência das agências: atuar com independência e autonomia em relação ao governo. "O investidor não assume riscos se sabe que o órgão responsável por administrar seus direitos e responsabilidades não tem recursos para fazer seu trabalho", afirma o vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Ralph Lima Terra.

A última pesquisa da Câmara Americana de Comércio (Amcham) sobre a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), divulgada recentemente, mostra que a maior crítica do setor à atuação do órgão diz respeito à falta de autonomia em relação ao governo. "Isso não quer dizer necessariamente que as decisões tomadas pela agência estejam comprometidas com outros interesses, mas só a percepção de que isso pode acontecer basta para afugentar o investidor", explica o coordenador da pesquisa da Amcham, Ricardo Straus, que também é diretor da Companhia Paulista de Energia (Copen).

O diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, que também esteve à frente da ANA, nega a existência de qualquer ingerência do governo sobre a atuação das agências reguladoras, mas vê como procedente a preocupação das empresas com relação à situação financeira dos órgãos. "É importante que o fiador dos investi-

mentos feitos no País seja uma entidade sólida e tecnicamente respeitável", afirma Kelman.

O orçamento da Aneel para este ano era de R\$ 120 milhões, mas os gastos foram limitados pelo governo a R\$ 89 milhões. Para 2006, o Poder Executivo propôs um orçamento de R\$ 88 milhões. A agência havia solicitado quase o dobro, R\$ 161 milhões. "Espero ter ao menos uma garantia de que não teremos contingenciamento", diz o diretor.

Kelman lembra que as empresas do setor recolveram aos cofres públicos, só este ano, R\$ 271 milhões em taxas de fiscalização. "E essa área é bastante sacrificada. As ações acabam ocorrendo só a partir de denúncias ou em caráter emergencial", relata ele. Entre os 24 técnicos responsáveis pela análise dos projetos de construção de usinas hidrelétricas, apenas cinco são concursados, e o contrato dos restantes vai expirar no fim deste ano, sem perspectivas de renovação.

A carência e a rotatividade da mão-de-obra da Aneel são percebidas pelo mercado, conforme indica a pesquisa da Amcham. "Como os contratos são temporários e os salários estão abaixo da média de mercado, a agência capacita o corpo técnico e o mercado rouba os funcionários", diz o coordenador da pesquisa. Ele lembra que, além de bem preparados, os profissionais que passam pelas agências tendem a ter um relaciona-

mento melhor com o governo e as demais empresas do setor. No caso da Anatel, a migração de funcionários para o setor privado chega aos mais altos escalões. Exemplos não faltam: Renato Guerreiro, ex-presidente da Anatel, hoje oferece consultoria a empresas de te-



KELMAN. Na Aneel, prejuízos chegam às fiscalizações



MARCOS PÓ. Segundo o Idec, a avaliação dos órgãos piorou

lecomunicações. Outro ex-presidente, Luiz Guilherme Schymura, tornou-se diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dois ex-vice-presidentes, Antônio Carlos Valente e Luiz Francisco Perrone, ocupam, hoje, respectivamente, a presidência de Telefônica Peru e a direção de RH da Brasil Telecom Participações. O ex-conselheiro Tito Cerasoli assumiu uma vice-presidência na Embratel.

Para evitar que as agências sirvam como escada profissional para o corpo técnico e executivo, a pesquisa da Amcham sugere medidas como a implantação de planos de cargos e salários e a imposição de quarentenas contratuais mais rígidas. "A cada vez que a estrutura da agência muda, ela patina um pouco para voltar a funcionar como antes. O mercado

todo sofre com isso", diz Straus.

Uma tentativa de melhorar a situação das agências em 2006 foi incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano. Um artigo impede o contingenciamento das verbas destinadas pela lei às agências. Mas o próprio relator da LDO, o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG), admite esperar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva veto o artigo nos próximos dias.

Outra esperança de aliviar a situação de penúria das reguladoras seria a aprovação da Lei Geral das Agências, mas o projeto, proposto pelo governo em 2003, não tem previsão para voltar à pauta do Congresso. Acrescenta-se a esse cenário pouco alentador a disparidade entre os orçamentos solicitados pelas agências para 2006 e os números propostos pelo Executivo. Diante dessa realidade, é difícil não esperar que vexames como a parada do serviço de atendimento da Anatel tornem-se regra, e não exceção na rotina das reguladoras. ■

Mesmo com um cenário difícil, já se fala de mais um corte no orçamento do ano que vem